

17 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Pobre não precisa pagar honorários a advogado, decide TJ-RS

Se o advogado declara expressamente, na petição, que o cliente não tem recursos para arcar com as despesas do processo sem prejudicar a própria subsistência, acaba reconhecendo a sua carência econômico-financeira. Assim, só pode exigir honorários se provar que o êxito na demanda trouxe substancial proveito monetário, alterando sua situação econômica.

Sob este entendimento, a 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reformou decisão de primeiro grau para desonerar do pagamento de honorários um trabalhador que conseguiu diferenças de correção monetária do FGTS, numa demanda contra a Caixa Econômica Federal (CEF). As diferenças foram reconhecidas, pela Justiça Federal, nos meses em que vigoraram os Planos Bresser, Verão e Collor I.

A relatora da Apelação, desembargadora Ana Maria Nedel Scalzilli, afirmou que o benefício obtido na ação contra a CEF foi de R\$ 7,9 mil (valor atualizado até agosto de 1999). Esta importância, ressaltou, não enriqueceu o trabalhador, nem alterou a sua condição financeira, a ponto de afastar a alegada hipossuficiência. “No mais, o artigo 3º, inciso V, da Lei 1.060/50, inclui expressamente nas isenções compreendidas, no benefício da assistência judiciária gratuita, os honorários de advogado”, completou.

A relatora fez questão de registrar que a decisão não significa menosprezo pelo trabalho profissional do advogado, que atuou com eficiência e zelo em favor do seu cliente, mas atende à limitação objetiva prevista no texto da lei referida. O acórdão foi lavrado dia 13 de dezembro. Ainda cabe recurso.

Para a juíza de Direito Carmen Carolina Cabral Caminha, da 4ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo, a questão posta é “singela” e não “desafia” maiores considerações. Isso porque, segundo anota a sentença, os documentos anexados aos autos dão conta de que foi firmado um contrato de prestação de honorários advocatícios. Neste documento, o autor, junto com outros, se compromete a pagar 20% sobre a vantagem obtida com a ação — que era plúrima.

A pactuação de honorários, destacou, encontra previsão no artigo 22, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. O dispositivo diz que a prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados (ou contratuais), aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

“Neste norte, não vingam a irresignação do requerido de isenção do pagamento de honorários advocatícios contratuais, porque a isenção prevista no artigo 3º, inciso V, da Lei 1.060/50, presta-se apenas aos honorários sucumbenciais; ou seja, aqueles devidos à parte adversa na hipótese de ela ser vencida na demanda.”

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pessoa física deve pagar IPI ao importar automóvel

17 JAN 2013

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu provimento a recurso da União e considerou legal a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação de carro por pessoa física. A decisão foi da 1ª Seção, que reúne a 1ª e a 2ª Turmas da corte, especializadas em matéria tributária. A decisão foi tomada na sessão de julgamento desta segunda-feira (14/1).

Conforme a relatora do processo, juíza federal Vânia Hack de Almeida, convocada para atuar no tribunal, o entendimento de que a pessoa física estaria isenta de IPI ao importar um veículo foi modificado a partir da Emenda Constitucional 33/2001, que tratava do ICMS e, por analogia, do IPI. "A entrada em vigor da EC 33/01 alterou a redação do artigo 155 da Constituição, determinando a incidência de ICMS sobre a entrada de bens ou mercadorias importados do exterior, por pessoa física ou jurídica" explicou Vânia, frisando que a mesma regra passou a valer para o IPI.

A juíza argumentou que a isenção era dada para evitar a cumulatividade de impostos, após sucessivas transações comerciais, o que não ocorreria com a pessoa física, visto que o processo comercial se estancaria nesta. "Na importação de bem para uso próprio, não há operações sucessivas, não havendo justificativa para afastar a incidência do tributo" afirmou.

Acordo entre Judiciário e Ministério da Justiça ajuda a prevenir criminalidade no país

Acordo firmado entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF), os Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias e Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, promove a prevenção da criminalidade no Brasil.

A cooperação foi celebrada pela primeira vez no ano de 2002. Ela é renovada a cada cinco anos. Dessa forma, em agosto de 2012, os participantes ratificaram o compromisso de promover a integração dos sistemas que armazenam informações criminais de todo o país.

Ao selar o termo de cooperação, os órgãos envolvidos podem consultar e incluir

informações como folha de antecedentes criminais, procurados e impedidos, cadastro de veículos, passaportes, dados sobre inquéritos criminais instaurados, contravenções penais, mandados de prisão, decisões judiciais criminais, recolhimento e soltura de presos, entre outras.

Nesta terça-feira (15), o STJ publicou a Portaria SAF 24/2013 e designou o gestor do acordo no tribunal. Segundo Antônio Silva Nascimento, titular da Secretaria de Segurança do STJ e gestor designado, afirma que a grande conquista do acordo é a integração de informações de tal forma que seja possível barrar algumas espécies de crimes como o estelionato.

17 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Novo presidente da OAB ressalta ações positivas do Estado

O novo presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), Juliano José Breda, tomou posse na noite de terça-feira (15), em Curitiba, em solenidade que teve a presença do governador Beto Richa, e destacou a boa relação da instituição com o Estado “para a construção de uma sociedade mais justa e pautada no interesse público”.

Breda, que substituiu o advogado José Lucio Glomb na presidência da OAB-PR, ressaltou a iniciativa de Richa de instituir a Defensoria Pública do Paraná, regularizar o pagamento dos honorários de advogados dativos e promover as ações de melhoria do sistema prisional paranaense.

O governador Beto Richa afirmou que a OAB tem papel fundamental na sociedade e lembrou, em seu pronunciamento, que a Ordem enriqueceu o plano de governo elaborado em 2010 com

várias contribuições e propostas. “Enalteço a relação franca, de diálogo e de parceria mantida nestes últimos anos com a entidade”, disse o governador.

Juliano Breda lembrou que o Paraná era o Estado que possuía o maior número de presos custodiados em delegacias do país e a situação foi motivo de diversas ações por parte da OAB. “A ordem denunciou há muitos anos esse caos e agora aplaudimos as iniciativas do governo estadual”, disse Breda.

Em janeiro de 2011, o Paraná tinha 16.205 detidos entre os 55 mil presos em carceragens em todo o país. Deste total, cerca de 6,5 mil foram transferidos para presídios. “Era uma situação inaceitável e insustentável, onerando a Polícia Civil e comprometendo o sistema de Segurança Pública, além de atentar contra a dignidade dos presos”, disse Richa.

Na semana passada, foram assinados contratos com o governo federal que viabilizaram a construção e ampliação de 14 unidades prisionais, obras que permitirão a criação de 6.350 novas vagas em presídios, com um investimento conjunto de R\$ 160 milhões.

TRIÊNIO

Em seu discurso, Juliano Breda apontou alguns temas que vão pautar a atual gestão, como reforma política, modernização do Poder Judiciário, defesa das prerrogativas profissionais e valorização do advogado. “A parceria com o Governo do Estado será ampliada”, afirmou.

Também tomaram posse os diretores eleitos, os advogados Cássio Lisandro Telles (vice-presidente), Eroulth Cortiano Júnior (secretário-geral), Iverly Antiquiera Dias Ferreira (secretária-geral adjunta) e Oderci José Bega (diretor tesoureiro).

17 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Vai até 2015

O mandato de Juliano Breda na presidência da OAB Paraná terá duração de dois anos, indo até 2015. Para quem acha que ele poderia amaciar a cobrança para cima do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, com o discurso de reunir as principais entidades de profissionais do Direito em um mesmo fórum, Breda afirma que manterá a vigilância. “Não pretendo substituir a administração do presidente do TJ, Clayton Camargo, pois é ele quem ditará os rumos do TJ a partir desse ano. Contudo, quando um erro nas prioridades do tribunal implica em perda de qualidade da Justiça, a OAB deve intervir, cobrar respostas e apontar alternativas para a resolução dos problemas”, disse o novo comandante da OAB Paraná.

Atitudes firmes

Os tucanos Beto Richa e Valdir Rossoni posaram ao lado de Breda na cerimônia de posse, na terça-feira. O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná chegou a divulgar nota comemorando o acontecimento. “Em momentos que tivemos que tomar atitudes firmes em favor do Paraná, sempre contamos com a OAB. O maior exemplo foi no final do ano, quando chegou na AL o projeto de aumento das custas dos cartórios e do Funrejus, considerado fora da realidade. A OAB apoiou prontamente a minha decisão, em conjunto com os deputados, de barrar a votação. Antes mesmo de tomar posse, Juliano Breda manifestou apoio à causa, demonstrando que este bom entrosamento vai continuar”, agradeceu Rossoni.

17 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Proguarda e livros: MP denuncia Barbosa por peculato

Ministério Público contesta ausência de licitação na compra de material e pagamento de aditivo a empresa de serviços gerais

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público (MP) na tarde de ontem por peculato nos casos da compra de uma coleção de livros didáticos sem abertura de licitação e de um aditivo feito no contrato da empresa Proguarda, responsável por serviços gerais de limpeza para a administração. Somados os danos ao erário, o prejuízo passaria de R\$ 1,5 milhão, segundo o que defende o MP. O prefeito já tinha sido indiciado pelos mesmos motivos em novembro.

No caso da coleção de livros didáticos "Vivenciando a Cultura Afro-brasileira e Indígena", foram denunciados, além de Barbosa, o ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito, a ex-secretária de Educação Karin Sabec, o ex-procurador do município Fidelis Canguçu, o ex-secretário de Planejamento Fábio Goes e o proprietário da editora Ética, Angelo Carvalho do Espírito Santo.

Segundo a denúncia, os citados formaram uma "organização criminosa" para beneficiar uma empresa e desviar R\$ 621 mil do erário ao comprar 13,5 mil livros didáticos "sem observância às formalidades legais pertinentes à contratação direta". Por não abrirem a licitação, os agentes públicos teriam "impossibilitado a obtenção de propostas mais vantajosas" pela prefeitura. Os livros ainda acabaram não sendo usados pelo município porque tiveram o conteúdo classificado como "racista" pelo MP e por entidades de classe.

Já no caso da Proguarda, a denúncia afirma que foi pago um aditivo, no valor de R\$ 955 mil, para "recomposição do equilíbrio financeiro" após quatro meses da contratação da empresa, o que não seria justificado. "Requeru recomposição utilizando-se para tanto de motivos falsos e motivos pré-existentes à realização do contrato", afirmam os promotores de Justiça Cláudio Esteves e Jorge Fernando Barreto, que assinam a denúncia.

Foram denunciados neste caso, além do ex-prefeito, de Cito e de Fidelis, três funcionários públicos e o representante legal da Proguarda, Marcelo Macedo da Fonseca. As duas denúncias foram entregues à 3ª Vara Criminal de Londrina e aguardam posicionamento da Justiça. O ex-prefeito foi procurado, mas alegou que não iria dar entrevista. Os demais citados não foram localizados pela reportagem.

FOLHA DE LONDRINA

Joaquim Távora escolhe novo prefeito em abril

Os 8.201 eleitores de Joaquim Távora (Norte Pioneiro) terão que retornar às urnas no dia 7 de abril para eleger um novo prefeito e vice-prefeito em uma eleição suplementar, determinada por unanimidade pela corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná na tarde de ontem. O pleito foi re-marcado porque o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassou o registro do candidato eleito em outubro último, Wilson Walter Ovçar (PSC), conhecido como Vatão. Ele teve o registro cassado porque, quando esteve à frente da Prefeitura de Joaquim Távora, entre 2005 e 2008, as contas do município foram reprovadas pelo Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Vatão foi procurado ontem, mas não quis se manifestar sobre o assunto. A decisão do TSE ainda o deixa inelegível pelos próximos 8 anos.

As novas convenções e o registro dos novos postulantes serão realizados entre 3 e 5 de fevereiro. Dia 6 de fevereiro já começam as propagandas eleitorais de rua. Segundo a legislação eleitoral, o pleito só é realizado novamente se o candidato vencedor conquistar mais de 50% dos votos válidos. No caso, Vatão teve 3.478 votos (50,83%) e o concorrente do PR, Cláudio Revelino, ficou com 3.365 votos (49,17%). Segundo a assessoria de imprensa do TRE, se Vatão tivesse ficado com menos de 50%, o segundo colocado assumiria a vaga no Executivo, sem a necessidade da realização de um novo pleito. Até a data da eleição, a cidade vai sendo administrada pelo presidente da Câmara de Vereadores, Sebastião Aparecido Lopes, o Tião Paulista (PSDB).

17 JAN 2013

17 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Candidato apoia diretas para presidente da OAB

Alberto Machado, atual vice, quer descentralização administrativa da Ordem

Eleição do próximo dia 31 terá só 81 votantes; cada uma das 27 seccionais do país vai ter três representantes

A exemplo do que ocorre nas seções estaduais, seria benéfico a OAB nacional escolher seu presidente e sua diretoria pelo voto direto.

Essa é a opinião de Alberto de Paula Machado, atual vice-presidente da entidade e um dos candidatos à presidência da entidade.

Seu rival é o secretário-geral da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

A eleição em Brasília está marcada para o dia 31, quando votam os 81 integrantes do Conselho Federal da Ordem, escolhidos no fim do ano passado nas eleições diretas em cada uma das seccionais.

Machado defende ainda a tese de que deveria haver mandato e não cargo vitalício para o quinto constitucional —os 20% de integrantes dos tribunais indicados pelo Ministério Público e escolhidos entre os advogados.

A seguir, os principais trechos da entrevista à **Folha**.

Folha - O que o sr. defende para a OAB nacional?

Alberto de Paula Machado - Um dos pontos fortes das propostas da nossa chapa trata da descentralização administrativa e da implantação de regras de transparência na OAB. No âmbito da Ordem, é preciso criar uma estrutura para dar suporte aos advogados perante uma dificuldade numa delegacia de polícia, num tribunal, em qualquer lugar em que haja obstáculo para o exercício profissional. Eu montei essa estrutura quando era presidente da OAB do Paraná.

A que o sr. atribui a tão crítica da morosidade do Judiciário? Até que ponto a falta de verbas é um fator para isso?

Não basta o Judiciário ter um aumento de Orçamento. É necessário administrar bem essas verbas. A gente pretende fazer uma pesquisa com os advogados, para que eles apontem os principais problemas na Justiça em cada comarca, em cada Estado.

A chamada “chicana jurídica”, com o excesso de recursos, não adia a aplicação das decisões da Justiça?

Eu discordo dessa visão. Tome o caso do Superior Tribunal de Justiça, que deve analisar causas de todo o Brasil com apenas 33 ministros.

Na sua avaliação, qual seria o número ideal?

Ao menos o dobro. O que, por uma regra simples, significa cortar pela metade o tempo de um processo porque se duplicaria a produtividade do tribunal.

O que o sr. acha da ideia de instalar Conselhos Estaduais de Justiça?

Sou a favor desde que não se prejudique a atuação do CNJ, que deve continuar com a sua competência irrestrita.

Pela primeira vez em 15 anos, vai haver disputa pelo comando da OAB nacional. O que impediu o consenso?

A prática política do meu opositor [Marcus Vinicius Coêlho] é distinta da minha. Para o aperfeiçoamento político da OAB, é importante haver duas chapas.

CONTINUA

17 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Qual a opinião do sr. sobre o projeto do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que visa o fim do Exame da Ordem?

Está em dissonância com as necessidades da sociedade brasileira. Tanto que outras profissões hoje já têm o exame e outras querem tê-lo.

O sr. é favorável a eleições diretas comó forma de escolha para a diretoria do Conselho Federal da OAB?

Há uma insatisfação com o atual sistema. Muitas vezes o advogado brasileiro não participa da escolha daquele que será em tese o maior líder da advocacia nacional. Apoio a realização de um plebiscito.

Como o sr. votaria nesse plebiscito?

Pelas eleições diretas.

RAIO-X

O CANDIDATO

Alberto de Paula Machado, 51

Federal da Ordem; foi presidente da seccional da OAB no Paraná no período de 2007 a 2009

ESPECIALIDADE

Direito do trabalho

CARGO ATUAL NA OAB

Vice-presidente do Conselho

ONDE SE FORMOU

Universidade Estadual de Londrina (PR)

17 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

OAB-SP

A reportagem "Ordem em SP vai mudar de sede ao custo de R\$ 12 mi" ("Poder", ontem) tentou fazer, de forma improcedente, uma vinculação entre aumento da anuidade e a aquisição e reforma do novo prédio da OAB-SP, inteiramente custeadas pelo Conselho Federal da OAB. Tenho a esclarecer ainda que o valor da anuidade desse ano apenas embutiu a recomposição parcial da inflação do período. Há dois anos a anuidade da OAB-SP não sofre qualquer modificação.

A receita da OAB-SP, que advém exclusivamente da anuidade dos advogados, sofre uma série de repasses, sendo 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, 10% para o Conselho Federal, 3% para o Fundo Cultural e 2% para o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados. O valor residual é usado para custear mais de mil pontos de atendimento que a OAB-SP disponibiliza ao advogado, bem como serviços que vem prestando.

MARCOS DA COSTA, presidente da OAB-SP
(São Paulo, SP)

RESPOSTA DO JORNALISTA LEONARDO VIEIRA -

Em nenhum momento a reportagem vinculou o aumento da anuidade e a aquisição e reforma do novo prédio da OAB-SP. Registrou somente a opinião de uma advogada sobre o assunto.

17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Artagão assume TC e diz que lei ficou mais exigente

“O conselheiro tinha mais liberdade para decidir... Hoje tudo é mais controlado, você tem que cuidar muito mais do que faz.”

Vivir Al' Mansi

ENTREVISTA

ARTAGÃO DE MATTOS
LEÃO, presidente do Tribunal
de Contas do Estado.

Acontece hoje a posse do novo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TC). O conselheiro Artagão de Mattos Leão ocupa o lugar de Fernando Guimarães pelo biênio 2013-2014, e assume junto com o vice-presidente, o conselheiro Durval Amaral, e o novo corregedor-geral, Ivan Bonilha às 15 horas na sede do Tribunal. Leão, que já foi deputado estadual por três legislaturas, também já ocupou o gabinete da presidência do TC de 1996 a 1998. Ele diz que se valerá de sua experiência anterior, embora não negue que os tempos mudaram. “Hoje tudo está na internet, tudo é público”, compara. E, ainda que afirme ter um perfil de administração diferente de seu antecessor, garante que continuará com as ações para dar transparência ao órgão, que recentemente lançou seu novo portal na internet. Na última entrevista em seu antigo gabinete, o novo presidente falou sobre esse assunto, além de expor suas propostas e de compa-

rar sua gestão anterior com o momento presente.

Qual vai ser a tônica da sua gestão? Haverá alguma mudança na postura de administração?

Eu não vou falar em mudanças. Cada um tem o seu perfil, mas a função do tribunal é fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos, e para isso eu devo impor a minha forma de direção. Minha administração vai se basear em três princípios: primeiro, agilizar o andamento dos processos do tribunal, já que é um dever nosso dar uma resposta rápida. Segundo, a capacitação do nosso pessoal e dos servidores municipais, por meio de prefeituras e câmaras dos municípios, pois não podemos fazer um trabalho digno sem isso. E, terceiro, continuar investindo de forma pesada na informatização. Eu acredito que a modernização exige a informatização, não tem volta, e nós devemos acompanhar essa evolução.

A gestão de seu antecessor foi marcada por uma abertura de informações para o público. Esse trabalho vai continuar?

Eu acho que isso é uma exigência do mundo moderno. Nem o tribunal, nem outro órgão público, tem condições de fazer um bom trabalho sem a transparência exigida pela legislação e pela sociedade. E nós pretendemos dar continuidade a isso. E, se for possível, até melhorar. Farei de tudo para me moldar às exigências da legislação e da sociedade moderna. A gente tem que tentar implementar mais essa liberalidade. Eu tenho minha maneira de ser e me reservo esse direito, mas não vejo que precise haver mudanças nessa parte da administração do meu antecessor.

CONTINUA

17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Que mudanças o senhor enxerga no tribunal desde a última vez que foi presidente?

Antes a legislação era diferente. Essa abertura não existia, a Lei de Responsabilidade Fiscal não existia, o conselheiro tinha mais liberdade para decidir... Hoje tudo é mais controlado, você tem que cuidar muito mais do que faz. O acompanhamento da sociedade e da imprensa não era tão avançado como hoje, em que tudo está na internet, tudo é público. Você tem que ter um cuidado maior, seguir rigorosamente a legislação... Não que não se seguisse naquela época, mas não existia todo esse acompanhamento e essa legislação que hoje, existindo, precisamos cumprir. Isso nos deixa mais zelosos, mas também deixa mais tranquilos, sabendo que estamos sendo acompanhados no dia a dia e que, se não estamos sendo contestados, é porque estamos agindo corretamente, dentro da necessidade do tribunal e da sociedade.

17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Irresponsabilidade

fiscal

Há inúmeras leis disponíveis no aparato legal brasileiro para conter os abusos de administradores públicos. Entretanto, a prática tem demonstrado que eles não são nem de longe suficientes, a julgar pela situação em que vários prefeitos entregaram suas cidades aos sucessores

A cada início de gestão de um novo prefeito — especialmente se ele representa um grupo que até então era de oposição — é comum o surgimento de escabrosas denúncias contra a administração do anterior. Abrem-se os armários e lá se veem penduradas dívidas impagáveis, obras inacabadas ou mal-feitas, gastos supérfluos, licitações irregulares, pagamentos indevidos, privilégios distribuídos a apaniguados, desvios monumentais de recursos públicos. Alguns ex-prefeitos chegam ao cúmulo de destruir documentos, desaparecer com registros e até levar as chaves da prefeitura.

Afora casos que merecidamente passam a fazer parte do inesgotável anedotário nacional — como o emblemático banheiro transparente de uma obra municipal em Ponta Grossa —, há outros dos quais não se deve achar graça nenhuma. Ao contrário, são retratos prontos e acabados de vícios persistentes na administração pública e que, mais que piadas, são autênticas tragédias a afetar a população. Basta que se pergunte quanto custam à sociedade a corrupção e o desperdício de dinheiro público para se ter ideia dos malefícios causados pela irresponsabilidade de muitos gestores que deixam a administração em frangalhos.

Na segunda-feira, a Gazeta do Povo mostrou a situação de vários municípios paranaenses cujos novos prefeitos receberam autênticas “heranças malditas” de seus antecessores. Em Farol, no Centro-Oeste do estado, ônibus estavam sem pneus e sem motor, e foi preciso arrombar prédios públicos porque as chaves não tinham sido entregues pela administração anterior. Em Paranaguá, no Litoral, a coleta de lixo foi prejudicada. Várias cidades pequenas decretaram moratória, e os novos prefeitos dos principais municípios paranaenses e da capital, Curitiba, também se juntam ao coro de reclamações.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei das Licitações, o Código de Ética Pública e a Lei da Ficha Limpa são alguns dos instrumentos disponíveis no aparato legal brasileiro destinados a conter os abusos. Entretanto, a prática tem demonstrado que eles não são nem de longe suficientes — como se vê, apenas para citar mais um exemplo da ineficácia das leis, no caso dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Natan Donadon (PMDB-RO) que, embora condenados pelo STF à prisão, exercem na plenitude os seus mandatos parlamentares.

Mas a cornucópia de denúncias contra os antecessores com que os novos empossados brindam a opinião pública também pode ser vista de um modo diferente. Para muitos que foram eleitos graças a promessas que sabiam não poder cumprir quando no exercício do cargo, as tais “heranças malditas” e “caixas pretas” que recebem passam a servir-lhes de confortável muleta para eximir-se da responsabilidade de cumpri-las. Seus sucessores farão o mesmo.

CONTINUA

17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

De qualquer forma, seja lá quais forem as motivações para virem à tona tantas mazelas nesta temporada de lua de mel dos novos prefeitos, o fato principal não deve ser esquecido. Se verdadeiras suas denúncias, se tão graves são os desvios e os desperdícios de que acusam os antecessores, o melhor que têm a fazer é procurar as vias cabíveis — das autoridades policiais ao Judiciário — para que seus autores sejam responsabilizados e obrigados a ressarcir os prejuízos que causaram à administração pública.

Mais ainda: que não repitam nos próximos quatro ou oito anos de mandato os mesmos desmandos, mantendo o círculo pernicioso do qual a vítima é uma só — o povo que paga impostos e que tem o direito de vê-los revertidos integral, correta e honestamente em obras e serviços públicos. O resto é piada.

17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Barbosa Neto é alvo de denúncias

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto e outros ex-agentes públicos foram denunciados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) à Justiça, na terça-feira. As denúncias tratam de irregularidades em contratos da prefeitura de Londrina com as empresas Proguarda e Editora Ética. As denúncias tramitam na 3.ª Vara Criminal de Londrina.

No caso da Proguarda, que fazia limpeza nas escolas municipais, as denúncias envolvem Barbosa Neto, o ex-secretário de Governo Marco Cito, o ex-procurador-geral do Município Fidelis Canguçu e outras três pessoas. As investigações do Gaeco apontam que só neste caso teriam sido desviados cerca de R\$ 1 milhão. Os denunciados devem responder pelos crimes de peculato e supressão de documentos públicos.

A Promotoria do Patrimônio Público sustenta que, em julho de 2010, um representante da empresa requereu à prefeitura uma revisão do contrato. Para isso, se baseava em argumentos falsos e questionava critérios que já conhecia antes da celebração do mesmo, com a intenção de aumentar o valor cobrado do Município.

Já o contrato com a Editora Ética, segundo a investigação, foi feito sem licitação, com justificativas inválidas e ilegítimas para a compra direta.

Com isso, a empresa era beneficiada indevidamente, através de desvio de dinheiro público. Neste caso foram denunciados Barbosa Neto, Marco Cito, Fidelis Canguçu, além de uma professora, um administrador de empresas e o proprietário da editora. A Editora Ética forneceu os livros da coleção "Vivenciando a Cultura Afro-Brasileira e Indígena", alvos de críticas pelo conteúdo racista. A reportagem não conseguiu contato com os denunciados ontem.

Em dezembro, Barbosa Neto e ex-secretários foram denunciados pelo Ministério Público por improbidade administrativa na compra de uniformes escolares. De acordo com as investigações, R\$ 9,4 milhões teriam sido desviados dos cofres públicos por uma organização que envolvia 23 pessoas físicas e jurídicas.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

APGE ocupa o 5 estrelas

Correm em ritmo acelerado as obras de reforma e adaptação do hotel 5 estrelas que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) comprou por R\$ 25 milhões e para onde pretende mudar-se no mais breve tempo possível. Aliás, a parte mais alta da hierarquia da instituição já é hóspede permanente do prédio e trabalha na decoração.

O hotel da rede internacional Crowne Plaza fechou as portas no dia 16 de dezembro, semanas após o decreto de desapropriação 6090/2012 assinado pelo governador Beto Richa. O imóvel e a franquia da marca pertenciam a um grupo de empresários de Pato Branco, Sudoeste do estado. Os cem funcionários do hotel foram despedidos e ainda esperam por direitos que não lhes teriam sido pagos.

O edifício, de 13 andares, situado no centro histórico de Curitiba (pertinho do Centro Cívico), além de suítes com hidromassagens, salões de festas, spa e academias de ginástica, dispõe também, no topo, de um dos raros helipontos da cidade. Não se sabe o quanto custará a reforma e nem se serão preservadas algumas das características do luxuoso cinco estrelas que ali funcionou por anos. Sabe-se, contudo, apenas a título de comparação, que é de R\$ 4,5 milhões o custo para construir uma das 95 delegacias-cidadãs que o governo prometeu há dois anos e não fez ainda nenhuma.

Dos R\$ 25 milhões despendidos pelo governo para a compra do imóvel, R\$ 22 milhões saíram do orçamento da Cohapar — empresa pública estadual que constrói casas populares ao custo, cada uma, de cerca de R\$ 50 mil. Pensando bem, o investimento na compra do hotel daria para reduzir a fila da casa própria em cerca 750 unidades.

A nova sede da Procuradoria — em substituição ao edifício alugado que ocupa nas proximidades da rodoviária velha — promete centralizar num só lugar os gabinetes dos 148 procuradores lotados na capital. Trata-

se de uma mudança nos planos iniciais que, logo após concurso que ampliou o quadro da PGE no ano passado, previam que os profissionais seriam alocados diretamente em secretarias e outros órgãos públicos que mais demandam serviços de assistência jurídica.

17 JAN 2013

NOTA POLÍTICA

Cassados

Enfrentando uma epidemia de dengue no município, o prefeito de Peabiru, Claudinei Antonio Minchio (PT), e seu vice, Sebastião Carlos Marinho (PPS), foram cassados pela Justiça Eleitoral. O Judiciário acatou a denúncia do Ministério Público apontando irregularidades na prestação de contas da campanha. Os números apresentados seriam incompatíveis com os gastos dos candidatos. O prefeito pode recorrer no cargo.

BESSA

Espelho jurídico

O advogado paranaense Luiz Rodrigues Wambier está pra lá de feliz. É que seu escritório Wambier & Arruda Alvim Wambier está citado entre os mais admirados do Brasil, em 2012, na área cível e bancária pela revista *Análise*, publicação especializada do setor, que está na sétima edição. Ele aparece ao lado de nomes de peso como o do renomado Sérgio Bermudes, que está entre os primeiros lugares.



Wambier também aparece entre os advogados mais admirados na área cível do Brasil.

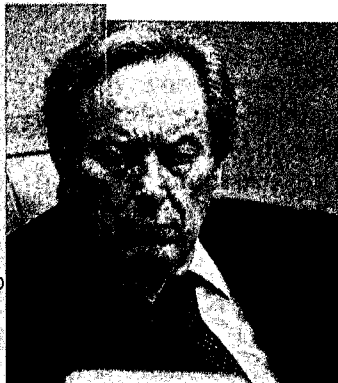
17 JAN 2013

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

O petróleo é de quem?

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski (foto), negou ontem pedido de liminar para impedir que o Congresso vote os vetos à lei de distribuição das receitas do petróleo. No ano passa-



do, o Congresso tentaria derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff, que contrariou os estados não produtores de petróleo, destinando os recursos do pré-sal para a educação. O STF proibiu os congressistas de votar a derrubada do veto antes de analisar outros 3 mil vetos que estão na fila.

Justiça do Rio Grande do Sul suspende recall de veículos da Volks

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul revogou na noite de terça-feira a liminar que obrigava a Volkswagen a fazer recall para cerca de 400 mil carros no país. A medida tinha como objetivo verificar o desgaste prematuro dos motores de automóveis Novo Gol, Fox e Voyage fabricados em 2009. A decisão é do desembargador Carlos Cini Marchionatti, da 20ª Câmara Cível do TJ-RS, que acolheu o recurso da montadora. Segundo o magistrado, a decisão anterior poderia causar dano "irreparável" ao nome e prestígio da fabricante, além de onerar toda a indústria automobilística nacional.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Bibinho

17 JAN 2013

Essa matéria sobre o estado psicológico de Bibinho (**Gazeta**, 16/1) nos faz pensar que no Brasil quem rouba os cofres públicos não sofre as penalidades da lei. Quantos foram presos por cometerem crimes bem menores que os grandes roubos e outras ações do colarinho branco? O caso do deputado Ribas Carli, envolvido no acidente que matou dois rapazes, está quase expirando. São apenas dois exemplos de crimes onde a Justiça não se fez presente e, quase certamente, não se fará.

Renato Lourenço

Dia da Consciência Negra

Ótima a decisão dos senhores edis ao instituir o feriado do dia 20 de novembro. Como funcionário público só tenho a agradecer, pois estarei sendo remunerado para não fazer nada, exceto ir à praia e preparar a casa para o fim de ano. Quem sabe possa emendar com o feriado do dia 15 e, quiçá, com o do dia 2 de novembro. Aliás, feriado em homenagem ao que mesmo?

Nagib Fattouch

Exame da OAB

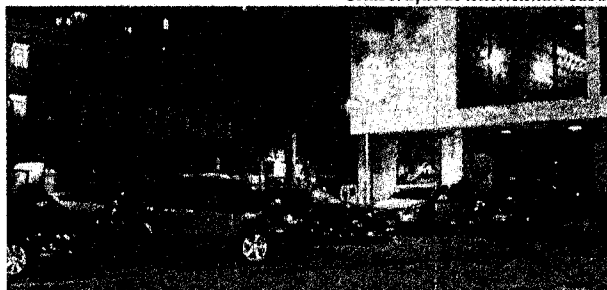
Alguma coisa está errada com o exame da OAB que reprovou 83% dos candidatos inscritos na primeira fase. Se tantos bacharéis saem tão malformados de suas faculdades, não seria o caso de a Ordem atuar no sentido de fechar esses cursos? Ou será que o exame está rigoroso demais e hoje funciona quase como uma indústria de vestibulares para enriquecer donos de cursinhos?

Luiz Rapio, Rio de Janeiro – RJ

ENTRELINHAS

Infratores engravatados

Colaboração do leitor: Renato Sabai



A calçada do Teatro Guaíra foi usada como estacionamento na última terça-feira, durante a posse da nova diretoria da OAB no Paraná. E é difícil não pensar se entre os infratores estavam ou não advogados. O flagrante foi feito pelo leitor Renato Sabai (@renatosabai no Instagram). Se você também flagrou algo interessante e quer compartilhar, envie sua imagem e use a tag #jápragazeta.

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda recolher livros eróticos no RJ

A livraria Nobel de Macaé, a 182 quilômetros do Rio de Janeiro, recebeu na segunda-feira a visita de dois policiais e de dois comissários da Segunda Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso do município. A ordem era recolher livros com conteúdo impróprio para menores de 18 anos que não estivessem em embalagens lacradas. “Foi um constrangimento horroroso. Em momento algum houve um interesse em nos orientar”, disse o proprietário Carlos Eduardo Coelho.

A ordem de serviço do juiz Raphael Baddini de Queiroz Campos, assinada dia 11, apoia-se no artigo 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990. “O ECA determina a forma de comercialização desse material, que deve ser lacrado”, comenta o juiz. Ele não espera que sua iniciativa de fiscalização seja tomada como exemplo. “Não temos intenções outras quando cumprimos a lei. Estamos protegendo as crianças e adolescentes de Macaé.”

Obras com conteúdo pornográficas sempre foram vendidas, mas ficavam em seções especiais. Agora, com o fenômeno da trilogia *50 Tons de Cinza*, de E. L. James, citada pelo juiz no documento, esses livros são folheados na entrada das livrarias do mundo todo.

17 JAN 2013

Curiosamente não havia um único exemplar de James na loja no dia da ação, conta o proprietário, e levaram obras de outras casas. Coelho disse que tem dez dias para se defender e pediu assessoria jurídica à Nobel. “Ele está cumprindo a lei, mas punindo uma livraria. Os livros não são meus; são consignados pela editora. Não posso lacrá-los ou colocar etiqueta. Isso deve vir da editora.”

A Intrínseca, que publica o best-seller de James, e a Câmara Brasileira do Livro só vão se pronunciar quando forem informadas oficialmente da questão.

SÔNIA RACY

Fôlego

Em apenas três dias no comando do STF, **Ricardo Lewandowski** recebeu cem processos para julgar – a maioria habeas corpus e pedidos de liminar. Substituí **Joaquim Barbosa** até o fim do mês.

17 JAN 2013

JORNAL DO ESTADO

Lewandowski nega liminar CONTRA VETOS DE DILMA

Ministro diz que não cabe ao STF determinar
ordem de votação dos vetos no Congresso

Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ricardo Lewandowski indicou ontem discordar da decisão proferida pelo colega, ministro Luiz Fux, que impediu o Congresso de votar os vetos à lei que alterou a sistemática de divisão dos royalties do petróleo. Em decisão proferida ontem, Lewandowski afirmou que não cabe ao STF se imiscuir nessa questão, pois é um assunto que deve ser decidido pelo próprio Congresso.

Lewandowski negou liminar a parlamentares do Espírito Santo ao Supremo. No pedido, os parlamentares defendiam que o Congresso só votasse o veto da presidente Dilma Rousseff - que beneficiou Rio de Janeiro e Espírito Santo - depois que uma comissão mista fosse criada para relatar e estabelecer calendário de votação para cada um dos mais de 3 mil vetos que estão na pauta do Congresso.

Na decisão, Lewandowski afirmou que não cabe ao Judiciário interferir nesse caso. A posição de Lewandowski é dis-

tinta da defendida pelo ministro Luiz Fux. No final do ano passado, Fux concedeu liminar a pedido de parlamentares do Rio de Janeiro para impedir a votação do veto à lei dos royalties antes que fossem votados os outros 3 mil vetos que aguardam deliberação do Congresso.

Independentemente da decisão de Lewandowski, o Congresso permanece impedido de votar o veto à lei dos royalties, pois continua em vigor a liminar concedida por Fux. O assunto será definitivamente decidido pelo tribunal quando terminar o recesso, no dia 1 de fevereiro.

A disputa bilionária em torno do rateio dos recursos dos royalties do petróleo foi parar no Supremo no final do ano passado depois que o Congresso aprovou a urgência para a votação dos vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff à nova fórmula de divisão do dinheiro. Parlamentares de Estados que não produzem petróleo querem reduzir o percentual de recursos destinados aos chamados produtores.

17 JAN 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Novo presidente da OAB ressalta ações do Governo

O novo presidente da OAB Paraná, Juliano José Breda, tomou posse na noite de terça-feira, em Curitiba, em solenidade que teve a presença do governador Beto Richa, e destacou a boa relação da instituição com o Estado “para a construção de uma sociedade mais justa e pautada no interesse público”.

Breda, que substituiu o advogado José Lucio Glomb na presidência da OAB-PR, ressaltou a ini-



Richa prestigiou a posse de Breda na presidência da entidade

ciativa de Richa de instituir a Defensoria Pública do Paraná, regularizar o

pagamento dos honorários de advogados dativos e promover as ações de

melhoria do sistema prisional paranaense.

O governador Beto Richa afirmou que a OAB tem papel fundamental na sociedade e lembrou, em seu pronunciamento, que a Ordem enriqueceu o plano de governo elaborado em 2010 com várias contribuições e propostas. “Enalteço a relação franca, de diálogo e de parceria mantida nestes últimos anos com a entidade”, disse o governador.

95% dos presos libertados no Natal retornaram

A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná informou ontem que 2.346 dos 2.489 presos do regime semiaberto que ganharam liberdade temporária para as festas de Natal e Ano-Novo retornaram aos respectivos estabelecimentos penais. Encerrado o prazo dado pela Justiça, 143 deles não retornaram e são considerados foragidos.

Esse total significa 5,3% de evasão dos que ganharam liberdade temporária nesse final de ano. “A porcentagem é próxima à do ano anterior, quando 5,2% dos presos não retornaram às respec-

tivas unidades”, explica Maurício Kuehne, diretor geral do Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen). Em dezembro de 2011, ganharam liberdade temporária 2.429 presos e 127 deles não retornam às unidades penais.

Os presos cuja liberdade foi autorizada pelo Poder Judiciário são detentos de 13 unidades penais do Estado. As liberações variaram de três a 12 dias, de acordo com a situação de cada detento, entre 17 e 31 de dezembro. Os presos que tiveram maior tempo de liberdade deveriam ter retornado segunda-feira.

17 JAN 2013

METRO

Justiça suspende recall da Volks

A Justiça do Rio Grande do Sul suspendeu a decisão liminar que determinava à Volks realizar um recall de veículos Fox, Voyage e Novo Gol 2009 e 2010, para verificação de eventual desgaste prematuro do motor. Clientes da marca no Estado reclamaram de ruídos anormais nos veículos e a própria Volks havia constatado defeitos em uma parcela dos modelos em questão.

A Volkswagen informou ontem que o desembargador Carlos Cini Marchionatti, integrante da 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, revogou na noite de terça-feira os efeitos da liminar que determinava recall de 400 mil veículos da montadora. O desembargador Carlos Cini Marchionatti entendeu que a medida poderia levar à formação de uma situação irreparável "que afeta e prejudica o nome e o prestígio da fabricante".

Sem feriado

Consciência

A ACP (Associação Comercial do Paraná) prometeu entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade contra o feriado da Consciência Negra, que foi promulgado pela Câmara Municipal. A data é celebrada em 20 de novembro. "A economia de Curitiba terá perdas inevitáveis", diz o presidente Edson José Ramon, estimando o prejuízo em R\$ 160 milhões.

TRIBUNA DO PARANÁ tribuninha Condenação

A Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Serviços Hospitalares foi condenada a indenizar em R\$ 30 mil, por dano moral, os familiares de usuário do plano de saúde que faleceu em 20 de fevereiro de 2007, vítima de grave doença no intestino. Apesar de ter autorizado o procedimento cirúrgico, a Unimed negou o fornecimento do material necessário à realização da cirurgia.

CNJ

16/JAN/2013

Turmas recursais do TJPR receberam mais de 54 mil processos em 2012

Prestes a completar 10 anos de instalação da primeira Turma Recursal destinada a atender os Juizados Especiais, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) registra excelente produtividade. As turmas, cada uma composta por quatro juízes, somaram mais de 54 mil processos autuados no último ano, entre físicos e virtuais. Atualmente, o TJPR conta com duas Turmas Recursais, resultado do desmembramento da Turma Recursal Única, ocorrido em 2010.

Dos 54.118 processos autuados, 81.67% foram julgados e/ou receberam decisão monocrática, isto é, 44.200 casos foram solucionados. Comparando a produtividade de 2012 com o ano anterior, verifica-se que os processos distribuídos às turmas recursais aumentaram em mais de 26%, sendo que a grande maioria é de recursos inominados.

Fonte: TJPR

OAB/PR

16/JAN/2013

Rossoni destaca campanha da OAB contra aumento das custas judiciais

A luta encabeçada pela OAB Paraná em 2012 contra o aumento das custas judiciais e extrajudiciais foi destacada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni, na terça-feira (15), durante solenidade de posse da nova diretoria da Seccional, no Teatro Guaíra. De acordo com o deputado, a parceria com a Seccional foi essencial para a manutenção das custas vigentes. “A Ordem tem dado demonstrações de apoio na hora em que precisamos dela. Considerávamos a questão do aumento das custas judiciais fora da realidade e tivemos a mão forte da OAB ao nosso lado”, disse.

“Tive um bom relacionamento com o ex-presidente Glomb, e embora não conheça pessoalmente o novo presidente, as informações que temos são as melhores possíveis. É uma pessoa íntegra, que conhece a nossa sociedade e que certamente teremos um bom relacionamento em prol da sociedade. O legislativo precisa muito da OAB”, afirmou Rossoni.

A solenidade de posse também foi prestigiada pelo senador Álvaro Dias. “A OAB tem participado ativamente da história do país com eficiência e mobilização. Este é um momento importante da história da Ordem porque o Brasil vive um momento de inconformismo latente na sociedade e a OAB tem certamente o papel de verbalizar este inconformismo. As instituições representativas da sociedade precisam de tornar mais ágeis, participativas e presentes como a OAB. Aqui no Paraná, com Juliano Breda, que é um advogado brilhante, a OAB também terá o dinamismo que todos nós esperamos”, destacou.